



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**16ª LEGISLATURA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO DIGITAL, NO DIA 08 DE JUNHO DE 2021 ÀS 17H00MIN.**

**REALIZADA EM 08.06.2021**

Às dezessete horas do sétimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, foi realizada a 4ª Reunião Extraordinária da **CCJ - Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final**, participando o Presidente da Comissão, Ver. Eduardo Faustina da Rosa, o Vice-Presidente da Comissão, Michell Nunes, Vereador Bruno Pacheco da Costa, Presidente da Câmara, Vereador Humberto Carlos dos Santos, Vereador Thiago da Rosa, Vereador Rafael Mello e Vereador Renato Carlos de Figueiredo, Vereador Leonir de Sousa, Vereador Matheus Paladini, Vereador Walfredo Amorim, a Servidora do Legislativo, Gabriela Cravo. Fizeram-se presentes o Prefeito Municipal, Sr. Rosivaldo da Silva Júnior, Secretária da fazenda, Sra Adriane e Sra Valéria representando a contabilidade, Procurador Geral, Cadyr, a fim de esclarecer dúvidas da comissão referente o **PL nº 5.221/2021**, que Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder subsídio orçamentário extraordinário a tarifa do transporte público coletivo urbano em razão da decorrente Pandemia Covid – 19, e dá outras providências. Ato contínuo, o Presidente passou a conduzir a reunião extraordinária, o qual deu início aos trabalhos, conforme a Ordem do Dia divulgada através do **Ato da Comissão de Constituição e Justiça nº 23/2021**. Inicialmente foi realizada a leitura do projeto de lei. Foi concedida a palavra aos representantes do Poder executivo, iniciando-se com o **Prefeito Municipal, Rosivaldo da Silva Júnior**, o qual informou que estão trabalhando a programação orçamentária para os próximos anos, tendo em vista o Plano Plurianual que está em andamento. Que iniciaram um novo mandato em janeiro, com um plano de governo a cumprir, com propostas estabelecidas junto aos secretários, que se encontram em andamento e algo já em planejamento. E que a mudança dessa programação orçamentária, com essa previsão de 1,2%, que chegará próximo de 7 a 8 milhões, impacta com certeza nesta programação que está sendo feita e será apresentada nos próximos dias, não somente para este mandato, mas para os próximos 04 anos. Que tem preocupação e não foi tratado sobre o assunto, a fundo, com a Secretária, acerca de quanto será destinado para as emendas, mas que é algo que será discutido internamente e verificar de que maneira poderá afetar a administração. Que hoje não há previsão para isso, e que deverá ser discutido com o legislativo a melhor forma, se isso ocorrer, a forma que irão implementar. Ressaltou que esteve conversando os secretários individualmente para preverem dentro do planejamento dos próximos anos as ações que já são previstas e como irão se comportar dentro da previsão de arrecadação nos anos de 2022, 2023 e 2024. Que vê com preocupação, pois não há essa previsão no orçamento. Com a palavra o **Procurador Geral, Sr. Cadyr**, destacou a importância da legalidade da lei. Que a questão técnica financeira demanda uma análise mais aprimorada pela secretária da fazenda, para que possa fazer o impacto para ver as consequências disso. Que entende o posicionamento dos vereadores, mas deve ser analisado com calma o projeto de lei. Com a palavra a **Secretária da Fazenda, Sra. Adriane**, destacou que precisa de mais tempo para analisar o projeto de lei, para verificar de que forma ele irá impactar a economia da municipalidade. Que é um momento difícil, as contas estão em dia e será preciso analisar para verificar realmente se não irá impactar a economia. Com a palavra a representante da Contabilidade, Sra. Valéria, que retirou um relatório da receita corrente líquida



## Estado de Santa Catarina Câmara Municipal de Imbituba



do ano passado e chegou uma média de R\$ 1.900.000,00, valor considerável a ser disponibilizado a título de emenda. Que já se tem o orçamento planejado para o ano de 2022, sendo que o Executivo está revendo as ações, para abrir mão de algumas, já que não estava previsto no orçamento a questão das emendas impositivas. Colocou a contabilidade a disposição para esclarecer qualquer dúvida. O Presidente da comissão passou a palavra aos vereadores presentes, começando com o **Presidente da Câmara, Vereador Humberto Carlos dos Santos**, que hoje é um primeiro passo, de discussão entre poder Executivo e Legislativo para ter um desfecho positivo. Sabe-se das obrigações do Poder Executivo bem limitadas. Que não é somente a Câmara de vereadores de Imbituba que está buscando a emenda impositiva, na região estão seguindo este caminho. E se estiverem dentro da legalidade e não tiver nenhum impedimento pelo Poder legislativo e o Executivo conseguir adequar o seu plano de plurianual e não comprometer os próximos anos vê com bons olhos o projeto de lei. Que segundo o Bill, na apresentação do quadrimestre da prefeitura, tem uma previsão de R\$ 207.000.000,00 para o município, sendo que chegaria perto de R\$ 2.500.000,00, que distribuído entre os vereadores resultaria em R\$ 158.000,00, sendo que metade já será para saúde, exigência da Lei Responsabilidade Fiscal, acreditando que os outros 50% o município irá conseguir adequar as suas contas e irá trazer este benefício para o vereador conseguir aplicar no seu bairro. Que este é o caminho, debatendo entre os Poderes (Executivo e Legislativo). O vereador não fez uso da palavra, apenas informando que está ouvindo para formar sua opinião. **Com a palavra o vereador Matheus**, que ouvindo o Poder Executivo, entende que podem fazer essa parceria, com a emenda, pois é constitucional e legal, sendo que já existe. Que somente é preciso observar o impacto. Que acredita que o impacto não será tão grande, já que é 1,2% do valor. Que este valor será usado no município e que é válido, descentralizando este valor, fazer um crescimento maior e, de repente, ajudaria melhor nosso município. Lembrou que recursos estão entrando, inclusive de emendas. **Com a palavra Vereador Walfredo Amorim**, mencionou que não assinou o projeto, mas que é discutível. Que vê a preocupação do poder executivo, mas respeita os vereadores e ao presidente que têm o pensamento de dar um acalento aos vereadores, mas gostaria de saber o que o Poder executivo tem a dizer aos vereadores se o projeto for aprovado, quais as consequências. Que é constitucional já se sabe, mas quer saber tecnicamente o que poderá acontecer, o impacto. **O Prefeito Municipal em resposta** mencionou o informado pela Secretária e pela contadora Valéria é preciso analisar mais tecnicamente o impacto desse valor. A Valéria já informou que hoje seria um impacto de 1.900.000,00 ao ano, que não há previsão orçamentária. Teria que rever/cancelar algumas ações. Que para os anos seguintes já se teria que ter essa previsão. Que o valor dividido entre os vereadores entende não ser grande vantagem, sendo em torno de 146.000,00, considerando os valores do orçamento atual, sendo que metade deverá investir na saúde, restando 73.000,00, que não será suficiente nem para calçar uma rua, não sendo benéfico nem para o Município nem para o Legislativo. **O vereador Walfredo** falou que é preciso verificar os números, e se tiver um acesso ao Executivo e solicitar seus pedidos da sua comunidade o prefeito tem condições de atender todos bem, e buscar junto ao executivo uma parceria. Com a palavra a contadora Valéria, informou que para adotar a emenda impositiva terá que se abrir mão de parte de orçamento do município. Que talvez seja melhor utilizar as emendas de bancada. Que essa estimativa (1.900.000,00) é com base no mês de dezembro de 2020. **Com a palavra o vereador Rafael Mello (CFO)**, que várias cidades já estão aderindo às emendas impositivas, entendendo ser importante. Citou como exemplo a cidade de Florianópolis onde a parte da saúde os vereadores, em conjunto, destinaram para o combate do coronavírus e a outra parte poderia ser repassado ao asilo ou outras entidades. Que entende importante as emendas, mas destaca a importância da conversa entre o Legislativo e Executivo para ver o melhor caminho. Que tudo é conversa e quer o melhor. Mas que é um direito dos vereadores/câmara, e que acredita que fortalece a câmara de vereadores. **Com a palavra o vereador Thiago da Rosa (CFO)**, que está o projeto dentro da legalidade, não comprometendo as contas do Poder executivo, será um marco para imbituba. Que é importante esta primeira conversa com o Executivo. Com a palavra o Vereador



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara Municipal de Imbituba**



**Renato Carlos de Figueiredo (CFO)**, que segundo a contadora o ano seria 1.900.00,00. Quanto é investido em obras 2019-2020? O prefeito respondeu que seria de 4 a 5 milhões, e tem medo que seja pulverizado de obras importantes na cidade, citando a ponto da Ibiquera, Avenida Ernani Cotrim, que caso estivesse com o orçamento bloqueado pelas emendas impositivas não seriam possíveis. O vereador Renato então mencionou que cerca de 40% aproximadamente do orçamento de obras de 2022, 23, 24 e 25 seria destinado às emendas impositivas. Sabe-se que todo candidato à prefeito, antes da eleição, ele tem que registrar o plano de governo, o qual, acredita, é feito com base na arrecadação. E com as emendas não será possível cumprir o plano de governo. Citou como exemplo, seria como mudar a regra de um jogo que está em andamento. Já estamos com 06 meses de governo e agora vão tirar 40% da arrecadação que é investido em obra para fazer. Em relação à indicação de uma obra em conjunto dos vereadores da policlínica, excelente ideia, mas não vê sentido, se será realizada em conjunto. Quanto à legalidade e constitucionalidade tem dúvida a respeito de imposta ainda nesta legislatura, de estarem legislando em causa própria. Entende que poderia ser feito para uma próxima legislatura, pois os candidatos à prefeito já fazem o plano de governo com esse valor a menos. Que é algo bom para os vereadores, mas engessa o poder executivo, e entende que interfere na independência dos Poderes. Que vê com possibilidade de aprovação do projeto se for para vigorar numa próxima legislatura. Que não é apenas 1,2%, é 40% do que é investido todo ano, ou seja quase a metade do que será investido. Que tem certeza que o plano de governo não tem uma folga de 40%, pode ter uma reserva técnica de 10%, mas não 40%. **Com a palavra o vereador Michell Nunes**, destacou a importância dessa troca de ideias, entende pela legalidade e constitucionalidade, que inúmeras cidades já têm essa lei em vigor há algum tempo, acreditando não haver problema algum. Que a questão seria justamente quando valer nessa legislatura ou na próxima. Que tem uma estimativa, trazida pelo Contador Bill, de R\$ 207.000,00 do orçamento total, sendo que 1,2% daria R\$ 2.484.000,00, cabendo a cada vereador R\$ 191.000,00, metade R\$ 95.000,00, reservando a parte que deve ser investido na saúde. Reafirmou a possibilidade dos vereadores, de forma conjunta, indicarem uma obra. O vereador está mais próximo dos bairros, sabendo das demandas que não dispensam grandes valores. Destacou ainda as emendas parlamentares que são trazidas pelos vereadores, que acredita que não são colocadas em projeção. Que são emendas parlamentares que chegam perto no valor referente à 1,2%. Que não vê problema a lei ser aprovada, conversando com o Poder Executivo, visando o melhor para cidade. **Com a palavra o vereador Bruno Pacheco**, que tem preocupação, pois fez contato com o Executivo e eles não tinham conhecimento deste projeto de lei, oportunidade em que sugeriu na reunião passada da CCJ, reunião com o Poder executivo para debater o projeto de lei. Que algumas dúvidas já foram respondidas. Mas que tem preocupação com o PPA, o orçamento (que tem questões obrigatórias), se pode vigorar nesta legislatura ainda e o plano de governo. Com a palavra o presidente da CCJ, Vereador Eduardo Faustina da Rosa. Inicialmente, destacou que o Projeto trata de emenda à lei orgânica, pelo art. 69 LO devendo ser votado em dois turnos, com intervalo de 10 dias e aprovação de dois terços dos vereadores. O art. 129 tb da LO, o PPA deve ser encaminhado até de 15/06/2021, diante disso, ainda que se aprove no primeiro turno, na sessão 08/06, a segunda votação em 15/06/2021, não haveria óbice legal por conta da lei orgânica, já que não irá conseguir aprovar a emenda à LO antes do prazo obrigatório de 15/06/2021. O Prefeito esclareceu que o PPA será encaminhado na próxima semana, sem prever essa emenda, pois não é lei ainda. Que o 1,2% parecer um valor insignificante, mas quem acompanha o orçamento, sabe que realizando as despesas obrigatórias, sobra muito pouco para as demais demandas. **Com a palavra a contadora Valéria**. Mencionou uma relação do foi empenhado em 2020 de receita própria, dá R\$ 3.400.000,00, sendo a margem de investimento em obra com recurso próprio é de R\$ 3.000.000,00, ainda contando de recurso de emenda, recurso estadual, e da União, recurso fundo a fundo. Que está sendo realizando um levantamento dos recursos a serem investidos na saúde. **O vereador Eduardo** questionou se a alteração pode interferir na execução orçamentária planejada pelo poder executivo, de acordo, com seu plano de governo e se isso pode comprometer a capacidade de



**Estado de Santa Catarina**  
**Câmara Municipal de Imbituba**



investimento dentro da sua autonomia de gestão. Em resposta o Prefeito respondeu que sim. E destacou o mencionado pela contadora Valéria, sobre a capacidade de investimento com recursos próprios não ser alta. E ainda que quando se pulveriza esses orçamentos isso impossibilita investimentos de maior vulto, citando a avenida Ernani Cotrin, onde 80% recursos próprios. E ainda que tem em seu plano de governo a revitalização da lagoa da bomba, e é possível com recursos próprios. **Com a palavra vereador Renato Carlos de Figueiredo**, complementou sua fala citando a explanação da contadora Valéria, que mencionou que no ano passado de recursos próprios foi de R\$ 3.4000.000,00, e esse R\$ 1.900.000,00, que serviriam de emendas é mais da metade que se poderia investir com recurso próprio. **O vereador Matheus**, por fim, sugeriu a realização de sessão extraordinária. Mas o presidente da Comissão Constituição e Justiça acredita não haver tempo hábil para votar este projeto de lei e ser encaminhado PPA, já prevendo essa emenda, caso seja aprovado o projeto de lei. Mencionou que o que se destina a saúde seria preservado, já que 50% deve ser destinado para a saúde. Que falam em gasto de R\$ 4.000.000,00 com obras, mas quando teria para se investir? O Prefeito deixa claro “que seja valor que não chegou a R\$ 4.000.000,00, o que foi feito com recurso próprio. E não é muito diferente disso, o que esta previsto anualmente pra investimento com nossos recursos em obras de infraestrutura. **O vereador Michell**, por fim de manifestou, que todo ano parte do duodécimo é devolvido ao Poder executivo, questionando quanto foi devolvido ano passado, sendo respondido que em média R\$ 1.000.000,00. Mencionou que 25% é destinado à educação, 15% á saúde, 43,87% aos recursos humanos (gasto com folha), sendo que sobraria 15% para ser destinado ao turismo, esporte, cultura. Quanto desses recursos é destinado para infraestrutura? O Poder executivo esclareceu que o que sobra da Câmara não é previsto no orçamento. Com os gastos obrigatórios, recursos próprios também contam. Quanto ao investimento em infraestrutura, ano passado foi R\$ 3.5000.000,00. Foi encerrada a discussão referente a este projeto. O presidente da CCJ, aproveitando a presença da Secretária da Fazenda sobre o PL nº 5344/2021, Anistia infrações e anula multas por atraso na entrega das declarações de serviços prestados e tomados no Livro Eletrônico (Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), e dá outras, foi questionada sobre a data definida no art.1º, § 1º, I do PL, a Secretária destacou a importância de emenda ao PL, a fim de prever que as declarações que estejam em atraso até 60 dias sapos a publicação da lei. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião e solicitou que fosse redigida a ata da mesma.

Imbituba/SC, 08 de junho de 2021.

---

**Eduardo Faustina da Rosa**  
**Presidente**

---

**Michell Nunes**  
**Vice-Presidente**

---

**Bruno Pacheco**  
**Membro**